

O PAPEL DO EDUCADOR NA CONCEPÇÃO DE HANNAH ARENDT

Pedro Paulo Pereira da Costa*

RESUMO

O presente artigo tenciona mostrar o papel do educador na concepção de Hannah Arendt. As reflexões ora expostas se baseiam no ensaio “A Crise na Educação”, que se encontra na obra “Entre o Passado e o Futuro”, de Hannah Arendt.

Duas partes compõem esse estudo. Primeiro será estudado acerca da crise educacional e de conceitos correlatos a tal temática. Em seguida, ver-se-á o papel do educador na concepção educacional arendtiana e outros conceitos também interligados a esse tema – objeto específico dessa investigação.

Palavras-chave: Hannah Arendt; Crise Educacional; Mundo Público; Mundo Particular; Educador.

INTRODUÇÃO

A visão filosófica-política de Hannah Arendt é muito ampla e complexa. Ela trata de variados temas políticos sempre com um prisma filosófico muito aguçado e por vezes hermético. A problemática da educação não escapou ao seu olhar investigativo não obstante esta área não ter sido sua principal preocupação. O ideário educacional arendtiano é construído a partir de uma investigação filosófica-política do mundo contemporâneo e, mais especificamente, da crise de tradição e de autoridade que solaparam a contemporaneidade e que se vislumbraram, tão horrendamente, nas formas dos regimes totalitários. É a partir dessa ótica que Hannah Arendt avalia a crise educacional hodierna.

Este artigo se remete a investigar mais detidamente acerca do papel do educador – um adulto, seja ele o pai ou o professor – na concepção educacional de Hannah Arendt. Qual seria, na realidade, esse papel ou função? Diante de tal problemática, o que se propõe a seguir é demonstrar como Hannah Arendt via o educador em suas mais variadas facetas, ante a árdua tarefa do processo educativo, além de abordar outros conceitos intrinsecamente relacionados à temática.

Os escritos e conceitos arendtianos continuam a ser muito estudados atualmente. Sob o crivo filosófico, ela investiga principalmente a coisa política e temas correlatos como a cultura; a educação; adentra no campo do direito; manifesta sua paixão à causa judaica e não

* Graduado em Filosofia pela Faculdade Católica de Anápolis e pós-graduando em Docência Universitária pela mesma faculdade.

deixa de estudar temas filosóficos de grande relevância. Ela jamais se considerou filósofa, dizia que sua profissão era a teoria política; porém, já no final da vida, Hannah Arendt se volta para a especulação filosófica e escreve a obra *A Vida do Espírito*, que ficou inconclusa com sua morte em 1975. Mesmo que seu temário seja quase todo político, ela usou muito da sua erudição filosófica para elaborar sua teoria política.

Porém, o que será de maior valor para este estudo é a sua reflexão sobre educação no ensaio “A Crise na Educação” que faz parte da obra “Entre o Passado e o Futuro”. Celso Lafer, no prefácio do livro que introduz e analisa a obra supra dessa pensadora diz que

Between Past and Future [Entre o Passado e o Futuro] é, entre os livros de Hannah Arendt, aquele onde pulsa simultaneamente o conjunto de inquietações a partir do qual esta admirável representante da cultura de Weimar ilumina, para usar uma de suas palavras prediletas, a reflexão política do século XX. Nele se contém, praticamente, ainda que de forma um tanto dispersa, todo o temário de sua obra, constituindo-se, portanto, num excelente ponto de partida para uma tentativa de interpretação e organização do seu pensamento. (ARENDR, 2000, p. 09)

Além desta capital obra são usados outros livros de Arendt e também outros elementos bibliográficos para pesquisa, como dissertações e teses ligadas ao tema.

O presente estudo foi dividido em duas partes. A primeira parte trata da crise educacional que permeou o século XX e que pode permear qualquer lugar e em qualquer circunstância – por isso mesmo é passível de reflexão. Nesta parte, ver-se-á também sobre a crise da tradição e a conseqüente crise de autoridade que causaram a crise da educação já citada. Na segunda parte será analisado qual é o papel do educador sob o prisma arendtiano e, para se alcançar o objetivo proposto, é necessário avaliar a importância do conceito de natalidade como a essência da educação e também quais são as distinções entre mundo público e mundo particular.

OBRAS E PENSAMENTO ARENDTIANO

Johannah Arendt nasceu em Hannover, na Alemanha, em 14 de outubro de 1906, oriunda de uma família de judeus de classe média. Em 1924 é aprovada com brio na Universidade de Berlim e estuda grego, latim e teologia.

Parte depois para a Universidade de Marburg e entra em contato com o filósofo Martin Heidegger com quem, além de ter aulas, viveu um *affair* marcante em sua vida. Com ele, Arendt assimilou seu método: o pensar apaixonado, ou seja, a possibilidade de uma síntese entre o pensar e o estar vivo; além desse pensar apaixonado, ela levou o amor pela poesia e

também uma visão crítica à filosofia voltada para o homem interiorizado que se isola. Essa filosofia é, para ela, motivo de grande preocupação para a modernidade, pois o homem, ao interiorizar-se em demasia acaba perdendo o espaço público ou a dignidade política. Nesse período, está preparando sua tese de mestrado: “O Conceito de Amor em Santo Agostinho” e, seguindo o conselho de Heidegger, vai para Heidelberg estudar com Karl Jaspers, de quem se tornaria amiga e discípula até o final da vida.

De seus estudos em Santo Agostinho, Arendt herda o conceito de comunidade – todos nós amamos uns aos outros, pertencemos à mesma comunidade e compartilhamos todos do mesmo destino: a morte. Porém, a morte não é vista como algo negativo. Para Santo Agostinho, a morte remete necessariamente ao nascimento. Dessa forma, nosso destino comum nos faz recordar do novo começo, isto é, da natalidade – termo esse que passaria a ser um princípio basilar de seu pensamento.

Devido às perseguições contra os judeus, Hannah Arendt sai da Alemanha em 1933 e vai para Paris; aí permanece até 1941. Após ser presa num campo de concentração perto da fronteira espanhola, Gurs, foge e vai para os Estados Unidos, local onde permaneceria até o final de sua vida. Nesse tempo de várias fugas, Arendt se tornou uma apátrida, fato que influenciou muito o seu ideário, pois passou a conceber a cidadania como elemento constituinte dos direitos humanos. Em 1951 consegue a cidadania norte-americana e nesse mesmo ano consagra-se no mundo público ao divulgar sua obra “Origens do Totalitarismo”. Nessa obra, Arendt mostra que aqueles que estão longe de suas nações se tornam apátridas e, conseqüentemente, não possuem mais seus direitos reconhecidos, perdem a cidadania e correm o grave risco de ficarem sujeitos à dominação do estado totalitário – fato que se concretizou com a eliminação massiva da minoria judaica na Alemanha.

Outra obra de capital importância para estudar o pensamento arendtiano é “A Condição Humana”, escrita em 1958. Nessa obra, Arendt, analisando a vida ativa, aponta para a destruição das condições de existência do ser humano no mundo moderno, realizada através da sociedade de massas.

Outras obras de caráter político e que permitem conhecer melhor o todo do pensamento de Hannah Arendt são: Entre o Passado e o Futuro; Crises da República; Da Revolução; Homens em Tempos Sombrios; Dignidade da Política.

Em 1961 ocorreu um fato importante para o decurso intelectual de Arendt: ela foi enviada para assistir e cobrir, para a revista New Yorker, o julgamento do criminoso nazista

Adolf Eichmann; esse relato se transformaria no polêmico livro Eichmann em Jerusalém – um relato sobre a banalidade do mal. Polêmico porque foi mal interpretado pela comunidade judaica da época, pois Hannah via Eichmann como o homem moderno alienado, incapaz de pensar suas ações e executando ordens automaticamente, o mal para ele era algo banal. É daí que ela formula o célebre conceito de banalidade do mal. Tocada por esse evento ela se volta mais especificamente para a filosofia.

No final de sua vida, na década de 70, impactada ainda com o julgamento de Eichmann e sua latente incapacidade de pensar, decide escrever A Vida do Espírito, obra publicada postumamente à sua morte, em quatro de dezembro de 1975.

O pensamento de Arendt se apresenta original em suas observações: mesclava erudição com os fatos da atualidade, tinha fidelidade à tradição, era uma crítica arguta, firme em suas posições e tolerante quanto às diferenças. De certo modo, este era o espírito desta pensadora: irrequieto, bravo e rebelde.

Repudiou com todas as forças o totalitarismo e se apresentou como uma crítica muito bem armada na sua erudição filosófica-política. Criticou tanto o nazi-fascismo quanto o marxismo, máquinas que usavam inescrupulosamente a violência. Foi com essas críticas e adicionado à cobertura do julgamento de Eichmann que formulou o célebre conceito de banalização do mal.

Suas obras não foram bem acolhidas por muitos anos, provavelmente por seu espírito crítico que incomodava diversos setores. Era uma realista, em termos de pensamento, e uma realista que não se deixava enganar pela aparência.

É nesse contexto que o ideário arendtiano é visto no pensamento político como um dos mais importantes do século XX, já que ela acompanhou e criticou muitos fatos constrangedores da história deste século. Talvez por isso suas obras venham chamando tanto a atenção do mundo nos últimos tempos pela atualidade e pela força na crítica.

A CRISE NA EDUCAÇÃO

A referida autora inicia sua investigação ponderando sobre a crise da educação no mundo moderno e a considera como um problema político de relevante grandeza:

A crise geral que acometeu o mundo moderno em toda parte e em quase toda esfera da vida se manifesta diversamente em cada país, envolvendo áreas e assumindo formas diversas. Na América, um de seus aspectos mais característicos e sugestivos

é a crise periódica na educação, que se tornou, no transcurso da última década pelo menos, um problema político de primeira grandeza, aparecendo quase diariamente no noticiário jornalístico. (ARENDR, 2000, p. 221)

Ela acredita que a crise educacional é sempre passível de reflexão, pois essa crise pode ocorrer em qualquer lugar – não há fronteiras para tal problemática: “pode-se admitir como uma regra geral neste século que qualquer coisa que seja possível em um país pode, em futuro previsível, ser igualmente possível em praticamente qualquer outro país.” Corrobora ainda mais esse pensamento: “Uma crise nos obriga a voltar às questões mesmas e exige respostas novas ou velhas, mas de qualquer modo julgamentos diretos.” (ARENDR, 2000, p. 223).

Investigando a fundo, a ilustre representante da cultura de Weimar diz: “Embora a crise na educação possa afetar todo o mundo, é significativo o fato de encontrarmos sua forma mais extrema na América, e a razão é que, talvez, apenas na América uma crise na educação poderia se tornar realmente um fator na política.” (ARENDR, 2000, p. 223)

Arendt afirma que a crise na educação se tornou um problema político porque a América é uma terra de imigrantes e a fusão étnica só é possível mediante a instrução, educação e americanização dos filhos dos imigrantes. Educar os imigrantes, os novos, os recém-chegados tornou-se uma questão política pelo ideal americano de se criar uma Nova Ordem do Mundo, isto é, fundar um novo mundo contra o antigo a fim de se eliminar a pobreza e a opressão. Curiosamente, esta república que ensejava eliminar a pobreza e a escravidão deu boas vindas a todos os pobres e escravizados.

Considerando a questão proposta, Hannah Arendt faz críticas severas às teorias educacionais modernas que adentraram indiscriminadamente (especialmente a educação progressiva) na América e derrubaram “como que de um dia para outro, todas as tradições e métodos estabelecidos de ensino e aprendizagem.” (ARENDR, 2000, p. 227)

Hannah Arendt responde à questão do porquê da educação americana estar atrasada em relação aos níveis escolares europeus da seguinte forma:

Não é, infelizmente, simplesmente o fato de ser este um país jovem que não alcançou ainda os padrões do Velho Mundo, mas, ao contrário, o fato de ser este país, nesse campo particular, o mais “avançado” e moderno do mundo. E isso é verdadeiro em um duplice sentido: em parte alguma os problemas educacionais de uma sociedade de massas se tornaram tão agudos, e em nenhum outro lugar as teorias mais modernas no campo da Pedagogia foram aceitos tão servil e indiscriminadamente. (ARENDR, 2000, p. 227-8)

Outro fator que não provocou, mas agravou a crise é o papel único que o conceito de igualdade exerce na vida americana. Esse conceito vai além da igualdade perante a lei, do nivelamento entre classes e da igualdade de oportunidades.¹ Porquanto,

O que torna a crise educacional na América tão particularmente aguda é o temperamento político do país, que espontaneamente peleja para igualar ou apagar tanto quanto possível as diferenças entre jovens e velhos, entre dotados e pouco dotados, entre crianças e adultos e, particularmente, entre alunos e professores. (ARENDR, 2000, p. 229)

Um nivelamento assim só pode ocorrer à custa da autoridade do mestre. Isto é o que de fato agrava a crise. Porém, essa dificuldade, enraizada na atitude política do país, possui também muitas vantagens; mesmo assim, esses fatores não podem explicar a crise educacional ocorrida, observa a pensadora em destaque.

Há ainda outros problemas correlatos ao ensaio arendtiano proposto acerca da crise na educação que serão explicados mais adiante, oportunamente, seguindo o objetivo proposto deste trabalho.

Crise da tradição

A obra *Entre o Passado e o Futuro* examina a lacuna entre o passado e o futuro, que nada mais é que a profunda crise do mundo atual e que se manifesta no campo intelectual pelo esgarçamento da tradição, pela perda da sabedoria ou na dificuldade de discernir. Hannah Arendt percebeu essa lacuna devido ao surgimento do totalitarismo. “De fato, o fenômeno totalitário revelou que não existem limites às deformações da natureza humana e que a organização burocrática de massas, baseada no terror e na ideologia, criou novas formas de governo e dominação, cuja perversidade nem sequer tem grandeza.” (ARENDR, 2000, p. 10)

Sem tradição, e estando entre o passado e o futuro, no momento presente “parece não haver nenhuma continuidade consciente no tempo, e portanto, humanamente falando, nem passado nem futuro, mas tão-somente a sempiterna mudança do mundo e o ciclo biológico das criaturas que nele vivem.” (ARENDR, 2000, p. 31)

Corroboram os pensamentos supra a interpretação de Áurea M. Guimarães *Apud* Groppa, (1999, p. 171):

É no período entre o início da república romana até o fim do império que a autora aponta o passado como raiz que sustenta os possuidores de autoridade, os *anciãos*, os *maiores*, os *velhos do Senado*. Um passado presente na vida da cidade, pois os representantes dele permaneciam aconselhando os homens sem fazer uso da coerção ou da violência para serem ouvidos. A experiência romana, segundo Arendt, não se

¹ A educação é um dos direitos cívicos inalienáveis que entra nesse contexto de igualdade de oportunidades e acabou por estruturar o surgimento das escolas públicas.

repetiu em lugar nenhum, uma vez que os padrões de conduta tradicionais foram sendo destruídos por novas formas de governo, entre elas o totalitarismo.

Foi esse rompimento com o passado que ocasionou a perda da autoridade e a perda do mundo. Hannah Arendt mostra que a crise da tradição (nossa atitude ante o passado) está intimamente relacionada à crise da autoridade na educação.

Crise de autoridade

“Autoridade deriva do verbo latino *augere* – aumentar, acrescentar-se e, como observa Hannah Arendt, foram os romanos que nos deram tanto o conceito quanto a palavra.” (ARENDR, 2000, p. 22-3) Os gregos estabeleceram um fundamento para a vida pública diferente da argumentação e da força. Tanto Platão quanto Aristóteles utilizaram de áreas pré-políticas: relação pais-filhos, senhor-escravo e transferiram essas relações para o âmbito político; campo este que deve ser norteado pela relação entre iguais. Porém, esse conceito se torna complicado porque autoridade envolve obediência, sem coerção por meio da força. Por outro lado, por envolver obediência, a autoridade se situa no campo da hierarquia e, por consequência, exclui a persuasão entre iguais que anima o âmbito político.

Se a autoridade deve ser definida de alguma forma, deve sê-lo, então, tanto em contraposição à coerção pela força como a persuasão através de argumentos. (A relação autoritária entre o que manda e o que obedece não se assenta nem na razão comum nem no poder do que manda; o que eles possuem em comum é a própria hierarquia, cujo direito e legitimidade ambos reconhecem e na qual ambos têm seu lugar estável predeterminado.) (ARENDR, 2000, p. 129)

As argumentações acima mostram, de um modo muito geral, o conceito de autoridade na concepção filosófico-política arendtiana, pois esse mesmo conceito, por ser amplo e complexo, mereceria um estudo a parte, o que no momento não cabe aqui. Basta compreendermos que o esfacelamento da tradição provocou também uma perda da autoridade e essa mesma autoridade, hoje em dia, na vida pública e política, já não representa mais nada ou, então, desempenha um papel contestado. Tudo isto quer dizer “que as pessoas não querem mais exigir ou confiar a ninguém o ato de assumir a responsabilidade por tudo o mais, pois sempre que a autoridade legítima existiu ela esteve associada com a responsabilidade pelo curso das coisas no mundo.” (ARENDR, 2000, p. 241)

Se a autoridade é excluída da vida política e pública, pode ser que isso indique a exigência de igual responsabilidade de todos para com o rumo do mundo. Mas também pode significar que as exigências do mundo estejam sendo negadas; toda responsabilidade pelo mundo está sendo rejeitada.

Obviamente que uma perda de autoridade no âmbito público e político resulte também na perda da autoridade na esfera privada e pré-política da família e da escola. E isto se deve à falta de confiança que as pessoas têm em relação à esfera pública. Sentem que não há mais confiança no mundo particular, em casa e, também por isso, os adultos não querem se responsabilizar pelo mundo e, conseqüentemente, pelas crianças.

No campo educacional não deve haver essa ambigüidade ante a perda hodierna de autoridade.

As crianças não podem derrubar a autoridade educacional, como se estivessem sobre a opressão de uma maioria adulta [...]. A autoridade foi recusada pelos adultos, e isso somente pode significar uma coisa: que os adultos se recusam a assumir a responsabilidade pelo mundo ao qual trouxeram as crianças. (ARENDR, 2000, p. 240)

O PAPEL DO EDUCADOR PARA HANNAH ARENDR

A natalidade como essência da educação

Persistindo ainda no mesmo ensaio acerca da crise na educação, Hannah Arendt mostra que o próprio fato da crise nos faz voltar a investigar a essência mesma da questão, “e a essência da educação é a natalidade, o fato de que seres nascem para o mundo.” (ARENDR, 2000, p. 223)

A crise educacional analisada por Arendt faz com que, naturalmente, se investigue e indague sobre a essência do problema em destaque (neste caso, a natalidade). Segundo Maria de Fátima S. Francisco *Apud* Julio Groppa Aquino (1999, p. 110)

Ninguém mais está de acordo sobre a essência de uma coisa – no caso do que é a educação, relação pedagógica e a autoridade do mestre –, motivo pelo qual a crise se produz. A primeira medida então a tomar, supondo que seja possível, é tentar fazer as perguntas básicas e responder o que é a essência do fenômeno em que se dá a crise. Essa seria mesmo uma vantagem da situação de crise: enxergar a coisa na sua forma mais pura e desnudada e poder em consequência captar sua essência.

Esse conceito de natalidade se tornou, de fato, uma das categorias centrais que permeou o pensamento político de Hannah Arendt.

O primeiro item a ser mencionado é a originalidade do ponto de partida de Hannah Arendt, quando ela afirma que a natalidade, e não a mortalidade, é a categoria central do pensamento político. Com efeito, toda a tradição do pensamento metafísico e religioso gira essencialmente em torno da *meditatio mortis* e a experiência do eterno que este tipo de meditação pode suscitar, é uma experiência que ocorre no singular. (ARENDR, 1997. p. 348)

Conforme explicou Celso Lafer, no seu posfácio de *A Condição humana*, há uma tensão entre filosofia e política, pois na filosofia o pensar é uma dualidade do diálogo

coerente do eu consigo mesmo e, na política, a pluralidade exige um estar sempre ligado aos outros. Isto quer dizer que se podemos pensar por conta própria, só podemos agir em conjunto. Hannah Arendt, por isso mesmo, mostra que os filósofos tendem a ser hostis em relação a toda política e é esta hostilidade que ela quer eliminar, “afastando-se da tradição da *vita contemplativa* ao excluir a mortalidade e ao erigir a natalidade como categoria central de sua compreensão política.” (ARENDR, 1997, p. 59)

Retornando à questão anterior sobre a crise educacional, Arendt mostra que aquele entusiasmo americano pelo novo, pelos recém-chegados através da imigração resultou presumivelmente numa atenção maior aos recém-chegados por nascimento, isto é, às crianças. Há ainda o fato adicional e que se tornou decisivo para o significado da educação: a partir do século XVIII, surgiu um ideal educacional, diretamente influenciado por Rousseau, “no qual a educação tornou-se um instrumento da política, e a própria política foi concebida como uma forma de educação.” (ARENDR, 2000, p. 225) Esta ligação entre educação e política mostra o quanto parece natural iniciar um novo mundo com aqueles que são novos por nascimento. Na visão política arendtiana, isto é um grande equívoco, pois o que ocorre é uma intervenção ditatorial, onde há absoluta superioridade do adulto. É por isso que essa autora acredita que deve haver uma separação entre política e educação, pois esse ideal (criar uma nova situação mediante as crianças) permeou os movimentos revolucionários de feição tirânico, que tiraram as crianças de seus pais e as doutrinam. A educação não pode interferir na política, pois nesse campo se lida com adultos e não é possível educá-los, o que há é uma coerção sem o uso da força.

O mundo público e o mundo particular

Na visão política arendtiana, o termo público remete a dois fenômenos correlatos e ligeiramente idênticos:

1°. Significa “que tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível.” (ARENDR, 1997, p.62)

2°. “O termo público significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele” (ARENDR, 1997, p. 62). Esse mundo não tem relação com a terra ou o espaço limitado dos homens; “antes, tem a ver com o artefato humano, com o produto de mãos humanas, com os negócios realizados entre os que, juntos, habitam o mundo feito pelos homens.” (ARENDR, 1997, p. 62)

O mundo particular ou a esfera privada, em relação ao mundo público, possui acepção de privação.

Para o indivíduo, viver uma vida inteiramente privada significa, acima de tudo, ser destituído de coisas essenciais à vida verdadeiramente humana: ser privado da realidade que advém do fato de ser visto e ouvido por outros, privado de uma relação objetiva com eles decorrente do fato de ligar-se e separar-se deles mediante um mundo comum de coisas, e privado da possibilidade de realizar algo mais permanente que a própria vida. (ARENDDT, 1997, p.68)

Isto quer dizer, para Arendt, ao analisar o cidadão grego da antiguidade, que ao sair da esfera particular, da esfera privada do lar para o mundo público, o homem já tem as suas necessidades vitais realizadas e está livre para fazer algo mais duradouro do que a própria vida, está apto a se expor ao mundo público, a ser visto e ouvido por todos.

Para a autora em destaque, a privação de relações objetivas com os outros se tornou o fenômeno de massa da solidão; fenômeno extremo e anti-humano, pois a sociedade de massa² não apenas destrói o mundo público como também a esfera privada priva o homem do seu lar privado, onde antes ele se salvaguardava do mundo e onde, até mesmo os que eram excluídos do mundo, podiam se sentir bem na realidade limitada da vida familiar. Essa concepção de família como espaço interior e privado “deve-se ao extraordinário senso político do povo romano que, ao contrário dos gregos, jamais sacrificou o privado em benefício do público.” (ARENDDT, 1997, p. 68)

Ainda diz Arendt (1997, p. 81):

É que as quatro paredes da propriedade particular de uma pessoa oferecem o único refúgio seguro contra o mundo público comum – não só contra tudo o que nele ocorre mas também contra a sua própria publicidade, contra o fato de ser visto e ouvido. Uma existência vivida inteiramente em público, na presença de outros, torna-se, como diríamos, superficial.

A privacidade do lar era, na antiguidade, como que o lado sombrio e oculto da esfera pública. E ser cidadão, mas não possuir um lugar privado (situação do escravo) significava deixar de ser humano. Essa privacidade era considerada sagrada e “assemelhava-se ao caráter sagrado do oculto, ou seja, do nascimento e da morte, o começo e o fim dos mortais que, como todas as criaturas vivas, surgem e retornam às trevas de onde vieram.” (ARENDDT, 1997, p. 72) A vida doméstica deveria ser privada em relação à esfera pública porque o lar era

² É quando a massa da população se incorpora à sociedade. Essa sociedade (ou boa sociedade) compreende aquelas parcelas da população que dispunham não somente de recursos financeiros, mas também de lazer; isto é, dedicar-se à cultura. A Sociedade de Massas indica que a massa da população foi liberada de tal forma do fardo do trabalho extenuante que passou a ter tempo para o lazer e a cultura. Nessa boa sociedade, o homem de massa é um ser em solidão, inadaptável; sem padrões; consumista e sem aptidão para o julgar; egocentrista e alienado do mundo. (Essas distinções são vistas no ensaio “A Crise na Cultura: sua importância social e política” da obra “Entre o Passado e o Futuro”)

a esfera do nascimento e da morte, fatos considerados ocultos ao conhecimento humano, pois o homem não sabia de onde vinha quando nascia, nem do lugar que ia ao morrer.

As distinções ora feitas servem para compreendê-las no contexto ainda sobre A Crise na Educação, texto capital da presente pesquisa.

Há um pressuposto importante que agravou a crise na educação, um ideal de que há “um mundo da criança e uma sociedade formada entre crianças, autônomos e que se deve, na medida do possível, permitir que elas governem.” (ARENDDT, 2000, p. 230)

Um ideal como esse exime a autoridade adulta sobre a criança e o adulto se torna impotente ante a criança individual. Gera-se, assim, um grupo de crianças emancipadas da autoridade dos adultos, onde a criança não se torna livre, mas sim sujeita à autoridade tirânica da maioria, já que a criança, por sua própria natureza, não consegue argumentar e se rebelar contra a maioria; o resultado disso é o banimento das crianças do mundo dos adultos, o mundo público; sujeitas ao poder da maioria, já não há outro mundo para escapar, fator gerador de uma reação juvenil conformista ou delinquente.

O mundo das crianças acaba, por fim, se tornando um mundo público e elas são obrigadas a se expor à luz da existência pública, onde não podem crescer com segurança.

Entre esses grupos de iguais surge então uma espécie de vida pública, e, sem levar absolutamente em conta o fato de que esta não é uma vida pública real e de que toda a empresa é de certa forma uma fraude, permanece o fato de que as crianças – isto é, seres humanos em processo de formação, porém ainda não acabadas – são assim forçadas a se expor à luz da existência pública. (ARENDDT, 2000, p. 236)

Na concepção arendtiana, a criança necessita estar protegida do mundo público, precisa refugiar-se no seu mundo particular e privado – a família –, local seguro para um saudável crescimento; pois o mundo público não lhe pode dar a devida atenção. “Por precisar ser protegida do mundo, o lugar tradicional da criança é a família, cujos membros adultos diariamente retornam do mundo exterior e se recolhem à segurança da vida privada entre quatro paredes.” (ARENDDT, 2000, p. 235)

Todo esse ideal surgiu porque a sociedade moderna rejeita a distinção entre o público e o particular e acaba confundindo-os, o que diminui a qualidade vital das crianças (o amadurecimento).

A escola funciona como um instrumento mediador entre o mundo público e o mundo privado: “ela é, em vez disso, a instituição que interpomos entre o domínio privado do lar e mundo com o fito de fazer com que seja possível a transição, de alguma forma da família para o mundo” (ARENDDT, 2000, p. 238).

O educador tem também a importante função de ser um mediador dessas duas esferas supramencionadas.

Qual é o papel do educador?

Após Arendt analisar com tanta argúcia acerca da crise educacional, propõe questões que merecem respostas. A principal das indagações é esta:

O que podemos aprender dessa crise acerca da essência da educação – não no sentido de que sempre se pode aprender, dos erros, o que não se deve fazer, mas sim refletindo sobre o papel que a educação desempenha em toda civilização, ou seja, sobre a obrigação que a existência de crianças impõe a toda sociedade humana? (ARENDR, 2000, p. 234)

Arendt diz que a educação está entre as atividades mais essenciais da sociedade humana, que não é estática, mas dinâmica por causa da constante renovação através do nascimento, da vinda de novos seres humanos. Os recém-chegados não se encontram acabados, mas em um constante estado de vir a ser, de tornar-se algo novo e diferente ao anterior.

Portanto, a criança, objeto da educação, possui para todo e qualquer educador um duplo aspecto:

- É nova num mundo que lhe é estranho e está em contínuo desenvolvimento;
- É um novo ser humano que está em processo de formação.

Deve-se considerar aqui que esse duplo aspecto não se aplica às formas de vida animal, mas corresponde a um duplo relacionamento: o relacionamento com o mundo e com a vida. A criança está num estado de vir a ser como todas as coisas vivas, porém a criança só é nova em relação a um mundo que já existia antes dela e que continuará após sua morte.

Conforme Hannah Arendt (2000, p. 235):

Se a criança não fosse um recém-chegado nesse mundo humano, porém simplesmente uma criatura viva não concluída, a educação seria apenas uma função da vida e não teria que consistir em nada além da preocupação para com a preservação da vida e do treinamento e na prática do viver que todos os animais assumem em relação a seus filhos.

Os pais, também educadores, não apenas trouxeram seus filhos à vida mediante a concepção, mas os introduziram simultaneamente num mundo. Eles assumem na educação a responsabilidade pela vida e pelo desenvolvimento das crianças e pela continuidade do mundo. Essas duas responsabilidades podem até mesmo entrar em conflito.

A responsabilidade pelo desenvolvimento da criança volta-se em certo sentido contra o mundo: a criança requer cuidado e proteção especiais para que nada de destrutivo lhe aconteça de parte do mundo. Porém, também o mundo necessita de

proteção, para que não seja derrubado e destruído pelo assédio do novo que irrompe sobre ele a cada nova geração. (ARENDR, 2000, p. 235)

É por precisar ser protegida do mundo que a família se torna o local tradicional e seguro para a criança. Também a escola deve introduzir os novos no mundo, como uma instituição que medeia o mundo público e o mundo particular, que faz a transição entre essas duas esferas. E já que a criança não tem a devida familiaridade com o mundo, deve-se introduzi-la aos poucos. O educador é um representante do mundo e também é responsável por ele. Tal responsabilidade não é imposta a bel prazer, mas está implícita no fato de que os jovens são introduzidos por adultos num mundo em constante mudança. “Qualquer pessoa que se recuse a assumir a responsabilidade coletiva pelo mundo não deveria ter crianças, e é preciso proibi-la de tomar parte em sua educação”. (ARENDR, 2000, p. 239)

Essa responsabilidade pelo mundo se manifesta sob a forma de autoridade. A autoridade do educador se assenta na responsabilidade que ele assume por este mundo. Diferente da autoridade do professor, a qualificação consiste em conhecer o mundo e ser capaz de instruir os outros sobre este mesmo mundo.

Segundo Áurea M. Guimarães *Apud* Julio Groppa Aquino (1997, p. 171):

O educador deve cuidar para que as crianças e os jovens conheçam o mundo novo ao qual chegaram, ou seja, tenham uma apreensão do mundo como ele é [...].

Nesse mundo velho, o passado se faz presente e o adulto assume a responsabilidade pelo rumo dos acontecimentos mesmo querendo que as coisas pudessem ocorrer de forma diferente. Ter autoridade é assumir essa responsabilidade por esse mundo velho [...].

A crise da autoridade na educação está diretamente relacionada com a crise da tradição, obstruindo cada vez mais a mediação que o educador deve fazer entre o velho e o novo. À medida que o respeito pelo passado torna-se cada vez mais difícil, a responsabilidade coletiva pelo mundo vai sendo recusada, e o mundo vai sendo deixado para as novas gerações como se nós, adultos, não tivéssemos nada a ver com ele.

Há outro ponto relevante que Hannah Arendt faz em meio a essas considerações educacionais: “Parece-me que o conservadorismo, no sentido de conservação, faz parte da essência da atividade educacional, cuja tarefa é sempre abrigar e proteger alguma coisa: a criança contra o mundo, o mundo contra a criança, o novo contra o velho, o velho contra o novo.” (ARENDR, 2000, p. 242)

Essa ação conservadora é válida no âmbito educacional; não o é no campo político, já que o mundo está fadado à ruína pelo tempo, a menos que existam seres humanos que queiram intervir, mudar aquilo que é novo. Arendt afirma que educamos para um mundo que está fora dos eixos ou para aí caminha, já que esse mundo serve de lar aos mortais. Para

preservar esse mundo é necessário pô-lo em ordem. “Nossa esperança está pendente sempre do novo que cada geração produz”. (ARENDDT, 2000, p. 243)

O educador, na visão arendtiana, deve ser um mediador entre o velho e o novo e deve ter um grande respeito face ao passado, como um modelo; assim como a civilização romano-cristã considerava que toda a grandeza jazia no que foi, “e, portanto, que a mais excelente qualidade humana é a idade propecta, isto é, o homem envelhecido é um modelo para os vivos.” (ARENDDT, 2000, p. 244)

Arendt nos indica, parafraseando Políbio, que o educador é aquele que atravessou a vida com os olhos no que passou e o mestre é aquele que se arraigou firmemente na autoridade do passado.

Arendt nos aponta que o problema da educação no mundo moderno está no fato de que a educação não pode abrir mão nem da autoridade, nem da tradição e está sendo obrigada a caminhar em um mundo onde não há autoridade e muito menos tradição.

Portanto, isto significa que o papel fundamental dos adultos, responsáveis pela educação das nossas crianças e jovens, é:

Ter em relação a eles uma atitude radicalmente diversa da que guardamos um para com o outro. Cumpre divorciarmos decisivamente o âmbito da educação dos demais, e acima de tudo a vida pública e política, para aplicar exclusivamente a ele um conceito de autoridade e uma atitude face ao passado que lhe são apropriados, mas não possuem validade geral, não devendo reclamar uma aplicação generalizada no mundo dos adultos. (ARENDDT, 2000, p. 246)

A primeira consequência disso seria uma compreensão de que a função da escola é ensinar às crianças como o mundo é, e não ensiná-las na arte de viver. “Em segundo lugar, a linha traçada entre crianças e adultos deveria significar que não se pode nem educar adultos e nem tratar crianças como se fossem maduras.” (ARENDDT, 2000, p. 246) Isto, porém, não quer dizer que se deva erguer uma muralha para apartar as crianças do mundo adulto.

O que de fato compete àquele que educa é a atitude face ao fato da natalidade: “o fato de todos nós virmos ao mundo ao nascermos e de ser o mundo constantemente renovado mediante o nascimento.” (ARENDDT, 2000, p. 247)

Através da educação é que se decide amar o mundo o bastante para se responsabilizar por ele e, assim, salvá-lo da ruína via natalidade, através da vinda dos novos, esses mesmos novos que só podem crescer com qualidade se os adultos e educadores tiverem respeito face ao passado e, cautelosamente, introduzi-los do mundo particular ao mundo público dos adultos.

Diz Hannah Arendt:

A educação é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las aos seus próprios recursos, e tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disso com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum. (ARENDR, 2000, p. 247)

CONCLUSÃO

Este artigo teve como intento investigar criteriosamente o papel do educador nos exames arendtianos acerca da crise da educação que permeou o século XX.

De fato, fez-se necessário expor inicialmente a respeito das obras e pensamento de Hannah Arendt, a fim de compreender o contexto histórico-político que muito tocou seu original pensamento.

As avaliações educacionais de Hannah Arendt se basearam por inteiro numa crise que minou esse mesmo âmbito e demonstrou que a educação se tornou um problema político de suma importância para a América, digno de reflexão por poder permear qualquer outro lugar e em qualquer circunstância; passível de ser, sempre que necessário, repensada. Essa crise na educação surgiu por um abandono latente da tradição e, uma vez esquecida, a autoridade do educador ficou órfã, sem ter base, fundamento ou uma direção para norteá-la. O campo educacional foi incisivamente afetado.

É dentro desse julgamento arendtiano, que o presente artigo fixou-se em apresentar o papel e a função do educador nesse tempo de constantes crises. Nestas reflexões, é de grande valor considerar o conceito de natalidade para a ilustre representante da cultura de Weimar. Neste sentido, a visão educacional de Hannah Arendt é considerada por muitos como uma visão conservadora. Porém, sabemos que a natalidade, uma das categorias mais importantes do seu pensamento, possui um significado muito especial, uma vez que indica claramente esperança. “Não é, por definição, conservadora uma reflexão e uma proposta que se coloca sob o signo da esperança e que vê na ação, que a natalidade enseja, a permanente e igualitária capacidade de começar algo novo”. (ARENDR, 1997, p. 349)

É também interessante ver qual é o papel do educador como aquele sujeito que medeia a confusão que há entre o mundo público e o mundo particular e de como a criança deve se refugiar na segurança das quatro paredes e ser introduzida no mundo público dos adultos paulatinamente. Dentre as considerações feitas por Hannah Arendt, denota-se como ela evoca sentimentos que devem ser aplicados ao âmbito educacional, amor e

responsabilidade tanto pelo mundo quanto pelas crianças. Estas últimas de fato se viram solapadas por tamanha crise, privadas da segurança do mundo particular, despreparadas para adentrarem no mundo público. O educador é o responsável por introduzir esses jovens numa esfera pública onde não se preza mais o julgar, o pensar e se vêem cada mais alienados e sujeitos a todo tipo de ideologias vãs que possam surgir atualmente. Esse é o papel do educador; essa é a responsabilidade que tange àqueles que assumem o papel de instruir os novos num mundo cada vez mais massificado (para utilizar um termo arendtiano) e distante dos verdadeiros valores da tradição que acabaram entrando em colapso.

Abstract

The present work intends exhibit the educator's role in the Hannah Arendt conception The reflections exposed now bases in the essay "The Crisis in Education", which is in the book "Between Past and Future", of Hannah Arendt.

Two parts composes this study. First will be study about the educational crisis and the correlate concepts such topic. Following will see the educator's role in conception educational arendtian and others notions also interconnected that theme –specific object of that investigation.

Key-words: Hannah Arendt; Educational Crisis; Public World; Private World; Educator

Resumen

El presente artículo se propone a explicar el papel del educador conforme la concepción de Hannah Arendt. Las reflexiones ahora expuestas se basean en el ensayo "La Crisis em la Educación", que se encuentra en la obra "Entre el Pasado y el Futuro", de Hannah Arendt.

Duas partes componem este estudio. Primero será estudiado acerca de la crisis educacional y de conceptos correlatos a tal temática. En seguida se verá el papel del educador en la concepción educacional arendtiana y outras nociones también interconectadas a ese tema – objeto específico de esta investigación.

Palabras-llave: Hannah Arendt; Crisis Educacional; Mundo Público; Mundo Particular; Educador

REFERÊNCIAS

AQUINO, Julio Groppa (Org.). **Autoridade e Autonomia na Escola: alternativas teóricas e práticas**. 4ª ed. São Paulo: Summus, 1999.

ARENDT, Hanna. **Entre o Passado e o Futuro**. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva. 2000.

BIBLIOGRAFIA

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes. 2007.

- ALMEIDA, Vanessa Sievers de. **Amor Mundi e Educação: reflexões sobre o pensamento de Hannah Arendt**. 2009. Tese (Doutorado).
- ARENDR, Hannah. **A Condição Humana**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- AVRITZER, Leonardo. **Ação, Fundação e Autoridade em Hannah Arendt**. In: Lua Nova, n° 68. São Paulo. 2006.
- FILHO, Ives Gandra da Silva M. **Manual Esquemático de Filosofia**. 3ª ed. São Paulo: LTr, 2006.
- HSIAO, Marcelo. **Hannah Arendt: entre o Passado e o Futuro da Política e do Direito – Autoridade, legitimidade, violência e poder**. 2007. Dissertação (Mestrado em Direito).
- MOISÉS, Cláudia Perrone. **Cem Anos de Hannah Arendt**. In: Valor Econômico. 2006.
Disponível em: <<http://hannaharendt.wordpress.com/biografia/>>. Acesso em: 18 jan. 2010.
- SILVA, Lázaro Aparecido. **Filosofia e Política: o sentido da educação e da cultura**. 2007. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação).